



**SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

www.suframa.gov.br


Clipping Local e Nacional On-line

Nesta edição **7 matérias**

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, terça-feira, 11 de janeiro de 2011

| | |
|---|--|
| O GLOBO IMPORTAÇÕES - Importações saltam 62% na Zona Franca / Marcelo Rehder 1 VEICULAÇÃO NACIONAL | |
| O GLOBO Governo não cumpre meta fiscal e turbina inflação com R\$ 58 bi 2 VEICULAÇÃO NACIONAL | |
| O GLOBO Indústrias começam o ano contratando após Natal forte..... 4 VEICULAÇÃO NACIONAL | |
| O GLOBO Mínimo já opõe ministro a Mantega 5 VEICULAÇÃO NACIONAL | |
| O GLOBO Inflação turbinada em R\$58 bi 6 VEICULAÇÃO NACIONAL | |
| CONVERGÊNCIA DIGITAL Política industrial: Estados ganham fôlego em relação à Zona Franca de Manaus 8 VEICULAÇÃO NACIONAL | |
| BRASIL CAMEX Importações saltam 62% na Zona Franca 10 VEICULAÇÃO NACIONAL | |

| | | | |
|--|---|-------------------------|------------------------|
|  | VEÍCULO O GLOBO | EDITORIA | |
| | TÍTULO IMPORTAÇÕES - Importações saltam 62% na Zona Franca / Marcelo Rehder | | |
| | ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO | ENFOQUE DE INTERESSE | VEICULAÇÃO NACIONAL |

A Zona Franca de Manaus importou o equivalente a US\$ 10,2 bilhões, de janeiro a novembro de 2010, um salto de 62,17% em relação aos US\$ 6,4 bilhões do mesmo período do ano anterior.

Principal polo de eletroeletrônicos do País, a Zona Franca de Manaus importou o equivalente a US\$ 10,2 bilhões, de janeiro a novembro de 2010, um salto de 62,17% (sem contar os efeitos da valorização do real) em relação aos US\$ 6,4 bilhões do mesmo período do ano anterior. Em 2008, as importações somaram US\$ 9,4 bilhões em onze meses. "A indústria de componentes eletroeletrônicos é a que mais tem sofrido", diz o presidente do Sindicato de Aparelhos Elétricos, Eletrônicos e Similares do Amazonas, Wilson Perico.

O real valorizado encarece as exportações ao mesmo tempo em que torna as importações mais baratas. Com os custos da produção pressionados para cima pela carga tributária, logística, energia e mão de obra, entre outros fatores, as empresas aceleraram a importação de componentes na tentativa de manter a parcela de mercado.

"Nos últimos três anos, cerca de dez empresas deixaram o polo, mas continuaram abastecendo o mercado com produtos importados de outras filiais, principalmente da Ásia", conta o presidente do Sinaees. Entre outros, ele cita a fabricante de condutores elétricos Gatesby, a Panasonic Componentes e a Molex.

Dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior mostram que apenas dez empresas instaladas em Manaus responderam por 55% das importações, a maioria de eletroeletrônicos. A liderança é da Samsung (US\$ 1,357 bilhão), seguida pela LG (US\$ 908,9 milhões). A China continua sendo o principal fornecedor de produtos, seguida de Coreia do Sul e Japão.

Os próprios fabricantes de bens de consumo diminuem a produção e passam a importar toda a linha, ou parte dela, para não perder mercado. "Alguns produtos que já foram carro chefe de muitas empresas hoje praticamente desapareceram, como os aparelhos de DVD e de áudio, que passaram a ser importados", cita Perico. "O risco de isso vir a acontecer com outros produtos é grande."

Fonte: O Estado de São Paulo (10/1/2011)



| | | |
|--|-------------------------|------------------------|
| VEÍCULO O GLOBO | EDITORIA | |
| TÍTULO Governo não cumpre meta fiscal e turbina inflação com R\$ 58 bi | | |
| ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO | ENFOQUE DE INTERESSE | VEICULAÇÃO NACIONAL |

Inflação turbinada em R\$58 bi

Governo injetou dinheiro extra na economia ao descumprir a meta de esforço fiscal em 2010

Martha Beck e Vivian Oswald

Os alimentos e as commodities em geral não foram os únicos vilões da inflação em 2010 - que fechou o ano em 5,91% pelo IPCA, acima do centro da meta de 4,5% fixada para o período. O próprio governo acabou por atíçar um de seus maiores algozes ao gastar mais do que estava previsto e inundar a economia com cerca de R\$58 bilhões no ano passado. Essa é a diferença entre o que a equipe econômica se propôs a economizar para o pagamento de juros da dívida pública (o chamado superávit fiscal primário), que era de 3,1% do Produto Interno Bruto (PIB), e o que efetivamente conseguiu poupar: 1,6% do PIB, segundo cálculos do banco ABC Brasil.

No mercado, há quem diga que o governo teria feito um esforço fiscal ainda menor, de apenas 0,9% do PIB.

- Gastar mais é como emitir dinheiro na economia. Despesas maiores significam mais contratações, mais obras e mais renda. Tudo isso aumenta a demanda - afirma o economista-chefe da Confederação Nacional do Comércio (CNC), Carlos Thadeu de Freitas, que é ex-diretor do Banco Central (BC).

O governo afrouxou a disciplina fiscal em 2010 por dois caminhos: fez manobras contábeis (como a capitalização da Petrobras) de R\$33,3 bilhões, que lhe permitiram gastar mais sem o equivalente efetivo do lado das receitas, e injetou diretamente na economia R\$24,7 bilhões ao turbinar despesas correntes e com o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

- Essa operação da Petrobras foi algo totalmente bizarro. O que o governo fez em 2010 foi descumprir a meta de primário e pressionar fortemente a demanda - ressalta o economista-chefe do ABC Brasil, Luiz Otávio Leal.

Sem ajuste fiscal, juros serão maiores

Segundo o economista da Máxima Asset Management Elson Telles, se em 2011 o governo não fizer um ajuste fiscal

efetivo (entregando, sem descontos permitidos, o superávit cheio de 3,1%), o Banco Central poderá ter de manter os juros elevados mais tempo para manter a inflação dentro da meta:

- O objetivo deste ano será trazer a inflação para o centro da meta ou para algo muito próximo disso. O problema é que existe muita gente cética quanto à capacidade do governo de reduzir seus gastos no tamanho necessário.

Para Leal, do ABC Brasil, além de cortar despesas na carne, o governo terá de evitar operações como a capitalização do BNDES, que, embora não gere uma despesa primária, influencia a atividade econômica, porque permite ao banco de fomento elevar o volume de empréstimos ao setor produtivo:

- Isso não entra no Orçamento, mas afeta a inflação. Terá que ser levado em consideração pelo BC na hora de decidir a trajetória da Selic.

Os economistas lembram que o câmbio, que dá uma ajuda extra na hora de controlar os preços (pois a queda do dólar estimula a competição no mercado interno por meio de mais importações), continuará nesse caminho em 2011. O único problema será se houver uma guinada no mercado internacional que faça o dólar disparar, dificultando o papel da política monetária.

- Mas não vejo isso ocorrendo no horizonte - diz Telles.

- Os gastos a mais do governo influenciam, sobretudo, os preços dos bens não comercializáveis (itens que não podem ser exportados ou importados), pois os outros bens acabam se equilibrando em função das importações - explica Freitas.

Preocupada com as pressões inflacionárias dos gastos cada vez maiores do governo, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) propôs ontem um corte de R\$40 bilhões no Orçamento da União de 2011, aprovado pelo Congresso Nacional. Para cumprir a meta de superávit de R\$117 bilhões em 2011 (3,1% do PIB), a União precisa enxugar o atual Orçamento em pelo menos R\$32 bilhões.

A CNI adverte em nota técnica que gastar menos é um fator decisivo para o governo controlar a inflação sem

precisar elevar a taxa de juros a médio prazo. "A política fiscal expansionista dos últimos anos precisa ser revista. Caso esse caráter não seja alterado, o esforço da política monetária para conter um excesso de demanda que pressione a inflação será maior e irá comprometer o crescimento da economia".

A entidade ressaltou que "depois da política de expansão fiscal necessária para combater os efeitos da crise internacional (no fim de 2008 e ao longo de 2009), o momento é de reduzir o ritmo de crescimento dos gastos públicos para adequá-los ao crescimento da economia".

Pela quinta semana seguida, o mercado piorou suas projeções para a inflação de 2011 e reforçou a expectativa de que o Comitê de Política Monetária (Copom) voltará a subir a Selic - hoje em 10,75% ao ano -- na semana que vem.

Segundo a pesquisa Focus do Banco Central (BC) divulgada ontem, a primeira de 2011, os economistas calculam que o IPCA fechará 2011 a 5,34%, acima dos 5,32% vistos na semana anterior, e ainda mais longe do centro da meta oficial do governo, de 4,5%.

A pesquisa Focus mostrou ainda que o mercado continua, pela sexta semana seguida, enxergando que a Selic terminará 2011 em 12,25%, sendo que o movimento de alta teria início na próxima semana, com a primeira reunião do Copom sob a batuta do novo presidente do BC, Alexandre Tombini. As contas são que a autoridade monetária elevará a taxa básica de juros em meio ponto percentual agora.

COLABOROU: Patrícia Duarte

| | | | |
|--|--|------------------------|--|
|  | VEÍCULO O GLOBO | EDITORIA | |
| | TÍTULO Indústrias começam o ano contratando após Natal forte | | |
| ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO | ENFOQUE DE INTERESSE | VEICULAÇÃO NACIONAL | |

No setor de calçados, admissões chegarão a 30 mil em 2011. Na Zona Franca de Manaus, serão até 7 mil vagas no trimestre

Karina Lignelli e Wagner Gomes

SÃO PAULO e BRASÍLIA. O forte ritmo das vendas do varejo no fim de 2010 fez com que setores da indústria, como o calçadista e o de eletroeletrônicos, iniciassem o ano a todo o vapor e contratando. No setor calçadista, a perspectiva é que as contratações cheguem a 30 mil até o fim de 2011, informa Heitor Klein, diretor-executivo da Abicalçados. Um dos maiores polos de produção de eletroeletrônicos do país, Manaus deve contratar de cinco mil a sete mil trabalhadores até março para reforçar as linhas de montagem e fazer frente à demanda neste início de ano.

Janeiro e fevereiro eram tradicionalmente meses de baixa para a indústria de calçados, mas o consumo aquecido, principalmente no fim do ano, deixou o varejo desabastecido.

- Mesmo que isso não aconteça com todas as empresas, é um bom indicador, que deve ser confirmado na feira da indústria calçadista (a Couromoda, que acontece em São Paulo de 17 a 20 de janeiro) - diz Klein.

Na gaúcha Piccadilly, o fim das férias coletivas, previsto para 17 de janeiro, foi antecipado para o dia 3, devido à demanda para o mercado externo. No ano passado, a empresa cresceu 20%, contra previsão de 15%. Segundo o diretor comercial Marlon Martins, da coleção outono-inverno 2011, já foram vendidos os 650 mil pares de calçados femininos da produção de janeiro.

- O crescimento foi uma constante no ano. E com a estratégia de antecipar as coleções, já prevemos reposições mais frequentes - diz Martins, acrescentando que a empresa pretende contratar mais 150 funcionários para manter o ritmo e crescer 25% este ano.

Em Manaus, mal voltaram das férias coletivas, os trabalhadores foram informados de que os estoques têm de ser repostos rapidamente, conta o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos da cidade, Valdemir Santana:

- As férias coletivas, que costumavam ser de 20 dias no fim do ano, foram cortadas à metade. Há muita demanda, principalmente por televisores e ar-condicionado.

Balança comercial inicia o ano com déficit de US\$486 milhões

O diretor do Departamento de Economia da Fiesp, Paulo Francine, confirma que, após o excelente fim de ano, a indústria trabalha para repor os estoques. O nível de atividade de 2010 só será divulgado no fim deste mês, mas projeta-se crescimento de 10% ou 10,5%. Francine diz que, apesar das restrições do Banco Central, o crédito deve favorecer a expansão da indústria, "pois o cenário continua positivo".

O presidente do Sindicato das Indústrias Metalúrgicas de Manaus (Sinmem), Athaydes Mariano Felix, diz que as empresas já começaram a contratar para repor os estoques. Em 2010, a indústria local teve faturamento recorde de US\$35 bilhões, US\$3 bilhões a mais que no ano anterior.

Na indústria do vestuário, janeiro e fevereiro também eram meses fracos. Mas, como no setor de calçados, isso mudou.

- Conseguimos crescer 12% em relação a 2009, que foi um ano horrível. Mas não temos perspectiva de crescer mais que isso nem contratar, já que perdemos no comércio exterior, por culpa da China e do dólar baixo - diz o presidente da Associação Brasileira de Vestuário (Abravest), Roberto Chadad.

O dólar baixo já tem reflexo na balança comercial, que iniciou 2011 com déficit de US\$486 milhões na primeira semana de janeiro. Em cinco dias úteis, as exportações somaram US\$2,781 bilhões, e as importações, US\$3,267 bilhões. As vendas ao mercado externo caíram 1,6% em relação ao mesmo período de 2010, enquanto as compras aumentaram 13,8%.

COLABOROU: Eliane Oliveira

| | | | |
|--|--|------------------------|--|
|  | VEÍCULO O GLOBO | EDITORIA | |
| | TÍTULO Mínimo já opõe ministro a Mantega | | |
| ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO | ENFOQUE DE INTERESSE | VEICULAÇÃO NACIONAL | |

Ministro do Trabalho, Carlos Lupi discordou publicamente do colega da Fazenda, Guido Mantega, que anunciara veto a um mínimo além de R\$ 540. Lupi disse que o Congresso é soberano para mudar.

Mínimo: Lupi diverge publicamente de Mantega

NOVO GOVERNO

Ministro do Trabalho diz que Congresso é soberano e que governo terá de aceitar o valor que for aprovado


SÃO PAULO e BRASÍLIA. Apesar de o ministro da Fazenda, Guido Mantega, já ter anunciado que o governo vetaria qualquer valor acima de R\$540 para o salário mínimo, o ministro do Trabalho, Carlos Lupi, afirmou ontem que quem decidirá é o Congresso. Lupi, ao divergir publicamente do colega da Fazenda, disse que o Congresso é soberano para decidir sobre o mínimo e que o governo deve aceitar, qualquer que seja o valor aprovado.

- O Congresso é soberano. O que o Congresso definir nós todos teremos que aceitar, porque é o Congresso que decide. A política é uma casa de diálogo. O governo apresentou sua proposta, mas o Congresso tem competência para discuti-la e fazer emendas - defendeu Lupi, que

pessoalmente é a favor de um valor maior que os R\$540 já previstos no Orçamento da União para 2011 e fixados numa Medida Provisória.

As centrais sindicais vão se reunir hoje, em São Paulo, para discutir as ações para este ano e iniciar a mobilização contra o salário mínimo de R\$540. Além de um mínimo de R\$580 e reajuste de 10% para os aposentados que ganham acima do mínimo, a Força Sindical quer discutir com o governo a questão da correção da tabela do Imposto de Renda a partir de 2011. Esta semana, serão retomados ainda os contatos com o governo sobre a medida provisória do mínimo, mas o presidente da Força Sindical, deputado Paulo Pereira da Silva (do PDT, mesmo partido de Lupi), reclamou da falta de diálogo com o governo Dilma.

A intenção do sindicalista é se encontrar amanhã com o ministro de Relações Institucionais, Luiz Sérgio. Líderes do governo no Congresso já admitem ceder e aceitar valor maior do que os R\$540 fixados na MP 516. Desde as negociações do Orçamento, o teto da equipe econômica era R\$550. Alguns admitiram chegar a R\$560. Mas, logo após a posse de Dilma Rousseff, Mantega anunciou veto a um valor maior que os R\$540.

| | | | |
|--|---|------------------------|--|
|  | VEÍCULO O GLOBO | EDITORIA | |
| | TÍTULO Inflação turbinada em R\$58 bi | | |
| ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO | ENFOQUE DE INTERESSE | VEICULAÇÃO NACIONAL | |

Governo injetou dinheiro extra na economia ao descumprir a meta de esforço fiscal em 2010

Martha Beck e Vivian Oswald

Os alimentos e as commodities em geral não foram os únicos vilões da inflação em 2010 - que fechou o ano em 5,91% pelo IPCA, acima do centro da meta de 4,5% fixada para o período. O próprio governo acabou por atíçar um de seus maiores algozes ao gastar mais do que estava previsto e inundar a economia com cerca de R\$58 bilhões no ano passado. Essa é a diferença entre o que a equipe econômica se propôs a economizar para o pagamento de juros da dívida pública (o chamado superávit fiscal primário), que era de 3,1% do Produto Interno Bruto (PIB), e o que efetivamente conseguiu poupar: 1,6% do PIB, segundo cálculos do banco ABC Brasil.

No mercado, há quem diga que o governo teria feito um esforço fiscal ainda menor, de apenas 0,9% do PIB.

- Gastar mais é como emitir dinheiro na economia. Despesas maiores significam mais contratações, mais obras e mais renda. Tudo isso aumenta a demanda - afirma o economista-chefe da Confederação Nacional do Comércio (CNC), Carlos Thadeu de Freitas, que é ex-diretor do Banco Central (BC).

O governo afrouxou a disciplina fiscal em 2010 por dois caminhos: fez manobras contábeis (como a capitalização da Petrobras) de R\$33,3 bilhões, que lhe permitiram gastar mais sem o equivalente efetivo do lado das receitas, e injetou diretamente na economia R\$24,7 bilhões ao turbinar despesas correntes e com o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

- Essa operação da Petrobras foi algo totalmente bizarro. O que o governo fez em 2010 foi descumprir a meta de primário e pressionar fortemente a demanda - ressalta o economista-chefe do ABC Brasil, Luiz Otávio Leal.

Sem ajuste fiscal, juros serão maiores

Segundo o economista da Máxima Asset Management Elson Telles, se em 2011 o governo não fizer um ajuste fiscal efetivo (entregando, sem descontos permitidos, o superávit

cheio de 3,1%), o Banco Central poderá ter de manter os juros elevados mais tempo para manter a inflação dentro da meta:

- O objetivo deste ano será trazer a inflação para o centro da meta ou para algo muito próximo disso. O problema é que existe muita gente cética quanto à capacidade do governo de reduzir seus gastos no tamanho necessário.

Para Leal, do ABC Brasil, além de cortar despesas na carne, o governo terá de evitar operações como a capitalização do BNDES, que, embora não gere uma despesa primária, influencia a atividade econômica, porque permite ao banco de fomento elevar o volume de empréstimos ao setor produtivo:

- Isso não entra no Orçamento, mas afeta a inflação. Terá que ser levado em consideração pelo BC na hora de decidir a trajetória da Selic.

Os economistas lembram que o câmbio, que dá uma ajuda extra na hora de controlar os preços (pois a queda do dólar estimula a competição no mercado interno por meio de mais importações), continuará nesse caminho em 2011. O único problema será se houver uma guinada no mercado internacional que faça o dólar disparar, dificultando o papel da política monetária.

- Mas não vejo isso ocorrendo no horizonte - diz Telles.

- Os gastos a mais do governo influenciam, sobretudo, os preços dos bens não comercializáveis (itens que não podem ser exportados ou importados), pois os outros bens acabam se equilibrando em função das importações - explica Freitas.

Preocupada com as pressões inflacionárias dos gastos cada vez maiores do governo, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) propôs ontem um corte de R\$40 bilhões no Orçamento da União de 2011, aprovado pelo Congresso Nacional. Para cumprir a meta de superávit de R\$117 bilhões em 2011 (3,1% do PIB), a União precisa enxugar o atual Orçamento em pelo menos R\$32 bilhões.

A CNI adverte em nota técnica que gastar menos é um fator decisivo para o governo controlar a inflação sem precisar elevar a taxa de juros a médio prazo. "A política

fiscal expansionista dos últimos anos precisa ser revista. Caso esse caráter não seja alterado, o esforço da política monetária para conter um excesso de demanda que pressione a inflação será maior e irá comprometer o crescimento da economia".

A entidade ressaltou que "depois da política de expansão fiscal necessária para combater os efeitos da crise internacional (no fim de 2008 e ao longo de 2009), o momento é de reduzir o ritmo de crescimento dos gastos públicos para adequá-los ao crescimento da economia".

Pela quinta semana seguida, o mercado piorou suas projeções para a inflação de 2011 e reforçou a expectativa de que o Comitê de Política Monetária (Copom) voltará a subir a Selic - hoje em 10,75% ao ano -- na semana que vem. Segundo a pesquisa Focus do Banco Central (BC) divulgada

ontem, a primeira de 2011, os economistas calculam que o IPCA fechará 2011 a 5,34%, acima dos 5,32% vistos na semana anterior, e ainda mais longe do centro da meta oficial do governo, de 4,5%.

A pesquisa Focus mostrou ainda que o mercado continua, pela sexta semana seguida, enxergando que a Selic terminará 2011 em 12,25%, sendo que o movimento de alta teria início na próxima semana, com a primeira reunião do Copom sob a batuta do novo presidente do BC, Alexandre Tombini. As contas são que a autoridade monetária elevará a taxa básica de juros em meio ponto percentual agora.

COLABOROU: Patrícia Duarte

| | | | |
|--|--|-------------------------|------------------------|
|  | VEÍCULO CONVERGÊNCIA DIGITAL | EDITORIA | |
| | TÍTULO Política industrial: Estados ganham fôlego em relação à Zona Franca de Manaus | | |
| | ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO | ENFOQUE DE INTERESSE | VEICULAÇÃO NACIONAL |

Editada no último dia 30 de dezembro pelo ex-presidente Lula para incentivar a produção nacional de bens de Tecnologia da Informação e Comunicação, a MP 517, recoloca à mesa a questão da produção industrial no país, em especial, os benefícios concedidos à Zona Franca de Manaus.

A Medida Provisória 517 desonera PIS e Cofins para modems e amplia a isenção de IPI (Imposto sobre Produto Industrializado) para produtos de informática no país. Na prática, ela reacende a disputa entre Estados e o Pólo Industrial de Manaus para a atração de indústrias de TIC. Na análise de mercado, as empresas voltadas para a automação bancária e industrial já contabilizam e comemoram os ganhos. Já as fabricantes de PCs e celulares precisam inovar para pensar em desfrutar do benefício.

Ao oferecer a isenção do PIS/Cofins, a MP 517 teve como grande objetivo desonerar a produção local de modems para viabilizar a massificação de banda larga - os principais distribuidores do produto, em função da situação cambial do Brasil, optaram pela importação integral dos dispositivos.

Mas ao mexer também na política do Imposto sobre Produtos Industrializados, o IPI, terminou por favorecer outros segmentos da indústria de TICs, especialmente, os voltados para produtos bancários e industriais, a maior parte manufaturados na Zona Franca de Manaus, em função das isenções da região.

A desoneração de 100% do IPI entre dezembro de 2010 a 31 de dezembro de 2014, determinada na MP 517, permite, por exemplo, segundo as contas dos especialistas na área, adicionar 3% na margem final do custo do produto para os fabricantes. Esse percentual é considerado bastante atrativo, uma vez que hoje, em muitos casos, a margem final fica em torno de 1%.

A esse benefício do IPI, soma-se, agora, a isenção do ICMS concedida por estados como Minas Gerais e Pernambuco, interessados em atrair pólos produtivos.

Resultado: Com as desonerações, a Zona Franca deixa de ser tão atrativa e, em muitos casos, em função da logística de distribuição de produtos, pode perder pontos em competitividade. Fato que promete, mais uma vez, polarizar os debates setoriais no Congresso Nacional.

Vale observar que a isenção do IPI concedida na MP 517 é válida apenas para os produtos desenhados para atender a demanda do mercado nacional. Um bom exemplo é o da urna eletrônica, criada para suprir um projeto do país e, agora, exportada para outros países. Neste caso, a Diebold Procomp - principal fabricante do produto no país - já contabiliza os seus ganhos.

Em 2010, a companhia produziu 165 mil urnas em Santa Rita do Sapucaí, Minas Gerais, para suprir a demanda do Tribunal Superior Eleitoral. Em dezembro, ganhou uma nova licitação e será responsável pela manufatura de mais 117 mil urnas para as eleições 2012. Agora a empresa pode somar a sua margem, os 3% da isenção integral do IPI. Quem também poderá fazer essas contas são os fabricantes de ATMs bancários e de no-breaks e estabilizadores.

A indústria montadora de PCs e de celulares, num primeiro momento, não terá como desfrutar da MP 517. Isso porque os produtos manufaturados no país foram projetados mundialmente e não há diferencial que caracterize uma demanda nacional. Para terem acesso ao benefício da isenção, essas indústrias - com capital brasileiro ou não - terão que criar um produto genuinamente pensado e estruturado para a demanda nacional.

O Convergência Digital reproduz o que diz a MP 517, editada em 30 de dezembro, pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no artigo voltado para o IPI.

Art. 15. O § 7º do art. 4º da Lei no 8.248, de 23 de outubro de 1991, passa a vigorar com a seguinte redação:

"§ 7º Aplicam-se aos bens desenvolvidos no País que sejam incluídos na categoria de bens de informática e

automação por esta Lei, conforme regulamento, os seguintes percentuais:

I - redução de 100% (cem por cento) do imposto devido, de 15 de dezembro de 2010 até 31 de dezembro de 2014;

II - redução de 90% (noventa por cento) do imposto devido, de 1º de janeiro até 31 de dezembro de 2015; e

III - redução de 70% (setenta por cento) do imposto devido, de 1º de janeiro de 2016 até 31 de dezembro de 2019, quando será extinto."

| | | | |
|--|--|------------------------|--|
|  | VEÍCULO BRASIL CAMEX | EDITORIA | |
| | TÍTULO Importações saltam 62% na Zona Franca | | |
| ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO | ENFOQUE DE INTERESSE | VEICULAÇÃO NACIONAL | |

Principal polo de eletroeletrônicos do País, a Zona Franca de Manaus importou o equivalente a US\$ 10,2 bilhões, de janeiro a novembro de 2010, um salto de 62,17% (sem contar os efeitos da valorização do real) em relação aos US\$ 6,4 bilhões do mesmo período do ano anterior.

Principal polo de eletroeletrônicos do País, a Zona Franca de Manaus importou o equivalente a US\$ 10,2 bilhões, de janeiro a novembro de 2010, um salto de 62,17% (sem contar os efeitos da valorização do real) em relação aos US\$ 6,4 bilhões do mesmo período do ano anterior. Em 2008, as importações somaram US\$ 9,4 bilhões em onze meses. "A indústria de componentes eletroeletrônicos é a que mais tem sofrido", diz o presidente do Sindicato de Aparelhos Elétricos, Eletrônicos e Similares do Amazonas, Wilson Perico.

O real valorizado encarece as exportações ao mesmo tempo em que torna as importações mais baratas. Com os custos da produção pressionados para cima pela carga tributária, logística, energia e mão de obra, entre outros fatores, as empresas aceleraram a importação de componentes na tentativa de manter a parcela de mercado.

"Nos últimos três anos, cerca de dez empresas deixaram o polo, mas continuaram abastecendo o mercado

com produtos importados de outras filiais, principalmente da Ásia", conta o presidente do Sinaees. Entre outros, ele cita a fabricante de condutores elétricos Gatesby, a Panasonic Componentes e a Molex.

Dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior mostram que apenas dez empresas instaladas em Manaus responderam por 55% das importações, a maioria de eletroeletrônicos. A liderança é da Samsung (US\$ 1,357 bilhão), seguida pela LG (US\$ 908,9 milhões). A China continua sendo o principal fornecedor de produtos, seguida de Coreia do Sul e Japão.

Os próprios fabricantes de bens de consumo diminuem a produção e passam a importar toda a linha, ou parte dela, para não perder mercado. "Alguns produtos que já foram carro chefe de muitas empresas hoje praticamente desapareceram, como os aparelhos de DVD e de áudio, que passaram a ser importados", cita Perico. "O risco de isso vir a acontecer com outros produtos é grande."